

Saúde terá de desfazer contrato suspeito

Aluguel de prédio no SIA custa R\$ 1 milhão por ano. Segundo o Tribunal de Contas, houve superfaturamento

NELZA CRISTINA

A Secretaria de Saúde terá que deixar o prédio que ocupa no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA). A determinação partiu do Tribunal de Contas do DF (TCDF), que deu 15 dias de prazo para que a secretaria denuncie o contrato, firmado em 2000, por considerá-lo antieconômico e, sobretudo, por infringir os princípios da legalidade, da moralidade, da razoabilidade, do interesse público e da economicidade.

O problema é que a edificação foi alugada por cinco anos pelo valor de R\$ 5 milhões, valor que, segundo o TCDF, pagaria o prédio e ainda daria lucro de cerca de R\$ 1 milhão ao proprietário. De acordo com o Tribunal, o aluguel mensal de R\$ 83 mil é abusivo. O razoável seria algo entre R\$ 10 mil e R\$ 20 mil. O TCDF considerou, ainda, irre-

gular o fato de a Secretaria ter gasto R\$ 422 mil com a reforma do prédio e mais R\$ 550 mil com a troca de piso e cabos elétricos sem descontar o gasto do aluguel.

Por unanimidade, os membros do Tribunal decidiram aplicar multa de R\$ 5 mil e R\$ 10 mil a dois ex-dirigentes da Secretaria de Saúde. Determinou-se, ainda, que a Secretaria de Governo deverá instaurar tomada de contas especial para apurar os prejuízos possíveis decorrentes do contrato, como sinalizado até agora nos relatórios produzidos pelo corpo técnico do órgão. Isso permitirá que se instaure uma ação para recuperar as perdas.

A decisão do Tribunal foi encaminhada à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde na Câmara Legislativa. De acordo com a relatora, deputada Arlete Sampaio (PT), toda a investigação foi

feita pelo TCDF. Segundo ela, todas as determinações são corretas e antecipam qualquer ação que pudesse vir a ser tomada pela CPI. "A nós caberá apenas anexar o processo como mais uma demonstração da improbidade administrativa do ex-secretário da Saúde, Arnaldo Bernardino", avalia.

Arlete afirma que a Câmara Legislativa vem acompanhando o processo há algum tempo. De acordo com ela, o contrato foi denunciado pela procuradoria do Ministério Público junto ao TCDF. "O proprietário, além do lucro, ainda teria um prédio totalmente reformado ao final do contrato. Um negócio bastante lucrativo", afirma ela.

A reportagem procurou a Secretaria de Saúde, atualmente sob o comando de José Geraldo Maciel, mas não obteve retorno até o fechamento desta matéria.



Arlete Sampaio, relatora da CPI da Saúde, recebeu a decisão do TCDF e vai anexá-la ao processo